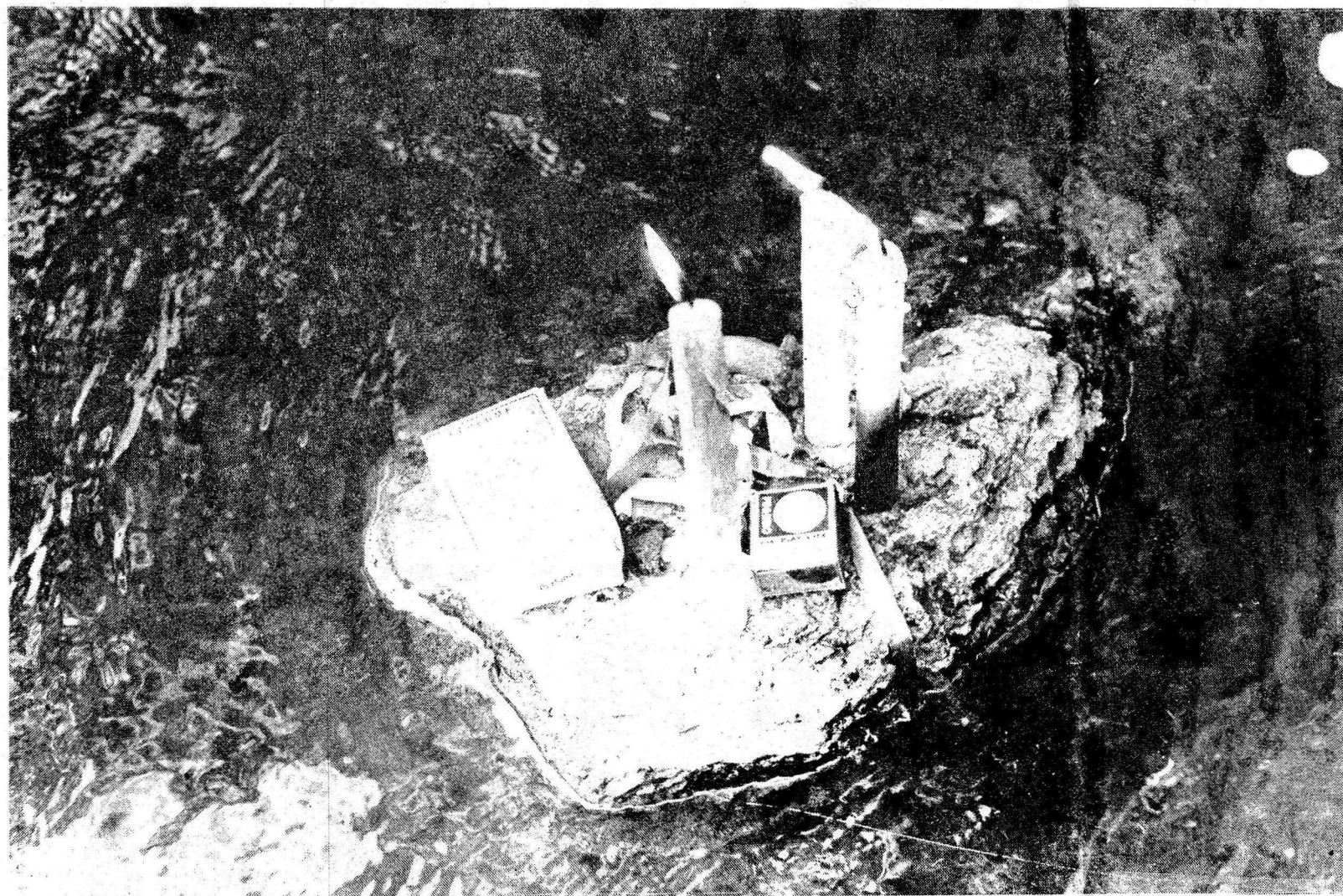


Decreto contra macumba gera polêmica



Angela Drummond

Decreto assinado pelo presidente José Sarney em dezembro proibindo despachos, popularmente conhecidos como «macumba», em vias públicas do país surpreendeu e levantou polêmica entre os Babalorixás e Yalorixás que dirigem em Brasília e cidades-satélites quase duas mil tendas de Umbanda, Candomblé e cultos afros.

O presidente da Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé, Pai Paiva, que também dirige a Confederação Espírita Umbandista do Brasil, que reúne 64 entidades em todo o país, embora desconhecendo o conteúdo do decreto, assume posição favorável ao documento.

Pai Paiva afirmou que é contrário à colocação de despachos em encruzilhadas das vias públicas, bem como no portão e interior do cemitério. Avisou, ainda, que a partir do dia 1º de março, em nome das instituições que está à frente, sairá em comissão fiscalizando os terreiros irregulares do Distrito Federal para impedir que falsos médiuns e ciganos façam consultas e recebam dinheiro dos menos esclarecidos.

Com 1.730 terreiros e tendas de Candomblé, Umbanda e Cultos Afros filiados à Federação Brasileira de Umbanda, Pai Paiva avisa que o prazo para o cadastramento das que estão em situação irregular será até o dia 30 de março. Em caso de desobediência, fará recurso do decreto presidencial pedindo às delegacias dos distritos policiais o fechamento dos terreiros.

O presidente da Federação justificou a sua decisão afirmando que em Brasília nunca «tivemos problemas com as autoridades porque existe um comportamento moral e pacífico entre os babalorixás e Yalorixás que deve ser mantido».

Quanto aos despachos em vias públicas, explicou que concorda com a proibição porque em alguns são utilizados garrafas, pólvoras e outras coisas que causam problemas para os menos avisados. As garrafas quebradas cortam os pneus de carros e pés de crianças que costumam se sentir atraídas também pela pólvora.

Neste sentido, concorda com Pai Paiva outro babalorixá do Distrito Federal, Raul de Xangô, acrescentando que os malefícios costumam atingir pessoas que passam por cima de despachos ou que costumam beber o conteúdo das garrafas, aconselhando maiores cuidados na escolha dos locais.

Entretanto, ao contrário de Pai Paiva, Raul de Xangô considerou um verdadeiro absurdo o decreto do presidente José Sarney, que não pode ter a pretensão de subordinar a uma legislação toda a magia, o culto do

avesso das coisas e a heresia do candomblé, da umbanda e dos cultos afros entre outros mistérios.

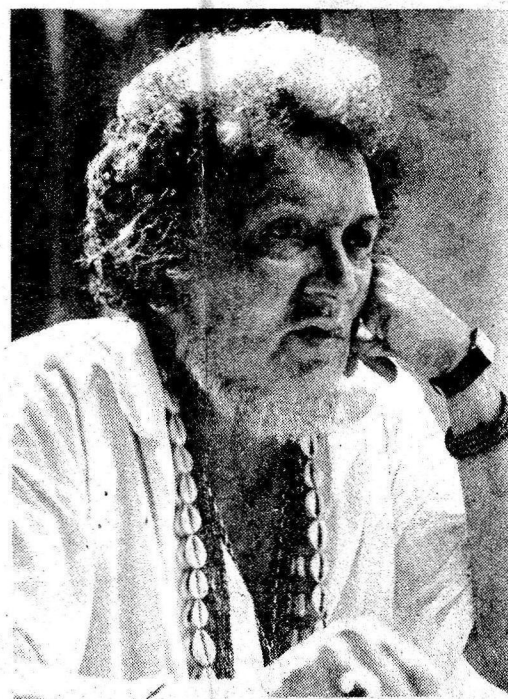
Defendendo a bruxaria como uma arte, criticando a tradução de babalorixá e Yalorixá como pai e mãe de santo, respectivamente, quando o significado mais próximo é «o pai que zela pelo santo», Raul de Xangô respondeu ao decreto com uma verdadeira aula sobre despacho.

«Ninguém vai impedir que até mesmo uma mulher de ministro utilize o seu chofer para uma parada em uma encruzilhada rapidamente, para colocar ali um despacho. Nem mesmo um decreto presidencial», frisou. Em seguida, explicou que quando uma pessoa percebe que por mais que lute os seus caminhos estão fechados, procura a orientação de um mago ou feiticeiro — terminologia que prefere utilizar — para fazer um trabalho para um Exu, o «homem da rua, o compadre» e, por isso mesmo, o dono das encruzilhadas que pode ser ou não em uma via pública, dependendo da facilidade de acesso de cada pessoa. O «Ebô», os agradados que podem ser comida ou bebida, trazem em si um simbolismo que vai permanecer apesar da proibição. As encruzilhadas em cruz são para os Exus machos em T para as fêmeas.

Já as obrigações para os caboclos devem ser entregues nas Matas e o Ibeji — de Cosme e Damião — em jardins e praças públicas, onde existem as flores. As oferendas para Iemanjá, Oxum e Yansã são para as águas, rios, mares e cachoeiras. Outras são feitas em cemitérios quando pedem a saúde para Omulu e Exu Caveira, por ser o lugar mais adequado pela proximidade da morte, para quem se pode pedir a vida.

Com convicção, Raul de Xangô afirmou que os despachos não vão deixar de ser feitos nas horas mais silenciosas mesmo correndo, na pressa, jogado de um carro e, por isso mesmo, com os seus efeitos mágicos.

O médium Carlos Nisey, filho de mãe Maria Inácio e que recebe o preto velho Pai Guiné e o caboclo Pena Azul, indignado com o decreto, levantou um fundamento básico como argumento contrário: a liberdade de culto religioso é defendida pela própria democracia. Na sua opinião, o bom senso impede que se faça despachos em lugares muito freqüentados, mas nas inúmeras encruzilhadas como na subida do catetinho não há empecilho algum. Além disso, lembrou, que a própria Catedral de Brasília foi construída em sua concepção inicial como um templo de oração aberto a todas as religiões e que, agora, encontra-se restrita ao catolicismo. Para Carlos Nisey não existe sentido lógico em limitar ainda mais os cultos afro-brasileiros como o candomblé e a umbanda, que entre outros, incluem em seus rituais os despachos.



O decreto que proíbe despachos em vias públicas provoca divergências. Pai Paiva é a favor, mas Raul de Xangô discorda